

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.029 - MG (2019/0286903-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **LUIS FERNANDO FRAILE VAZQUEZ**
ADVOGADOS : **JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES - MG057680N**
SILVIA MILAGRES DE CASTRO - MG150294
LETICIA MARIA DIAS REZENDE - MG184717
AGRAVADO : **JBC - CORGOZINHO LTDA - MICROEMPRESA**
ADVOGADOS : **MARCO ANTÔNIO CORRÊA FERREIRA - MG001445**
DANILO AUGUSTO LEITE DA SILVA - MG126005
LEONARDO AUGUSTO GONCALVES DIAS - MG154674

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Luis Fernando Fraile Vazquez ajuizou ação monitória em desfavor de JBC - Corgozinho Ltda - Microempresa, alegando ser credor de dívida representada por 2 (dois) cheques não pagos, cada um no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Em sua defesa, a ré apresentou embargos monitórios sustentando, entre outras questões, a falsidade das assinaturas constantes dos referidos cheques.

O Magistrado de primeiro grau acolheu os embargos monitórios e julgou improcedente o pedido inicial, além de condenar o autor ao pagamento de despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Em seguida, o autor interpôs apelação, à qual a Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais negou provimento em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 229):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - CHEQUE PRESCRITO - FATO EXTINTIVO, MODIFICATIVO OU IMPEDITIVO DO DIREITO DO AUTOR - ÔNUS DA PROVA - PARTE RÉ/EMBARGANTE - ART. 373, II, CPC/15 -

Superior Tribunal de Justiça

DESINCUMBÊNCIA - EMBARGOS MONITÓRIOS
ACOLHIDOS.

Na cobrança de cheque prescrito por ação monitória o credor não precisa provar o negócio jurídico subjacente, cabendo à parte ré o ônus de provar a existência de fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito do autor. Desincumbindo-se a parte ré desse ônus, de rigor o acolhimento dos embargos monitórios.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 269-275).

Inconformado, Luis Fernando Fraile Vazquez interpôs recurso especial, com supedâneo na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando violação ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015.

Sustentou, em síntese, a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, ante a falta de fundamentação do acórdão recorrido, uma vez que o Tribunal de origem deixou de se manifestar sobre a necessidade de realização de perícia grafotécnica para solução da controvérsia.

Aduziu, ainda, que a referida omissão, quanto à produção de prova pericial, implica cerceamento de defesa.

Contrarrazões às fls. 294-307 (e-STJ).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial, o que levou o insurgente à interposição do presente agravo.

Contraminuta às fls. 317-324 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

A pretensão recursal cinge-se em afirmar a nulidade do aresto combatido, amparada em ausência de fundamentação, uma vez que o Colegiado local não enfrentou todos os argumentos suscitados pelo ora recorrente, sobretudo em relação ao cerceamento de defesa em face do indeferimento da prova pericial.

No entanto, ao contrário do que alega a parte recorrente, observa-se que o Tribunal de origem, ainda que concluindo de forma oposta à pretendida, manifestou-se expressamente sobre a questão concernente ao pedido de produção de prova pericial,

Superior Tribunal de Justiça

conforme se verifica do seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ, fl. 234):

Acresça-se, por oportuno, que a produção de prova pericial grafotécnica foi requerida apenas pelo réu, tendo o autor/apelante pedido, em especificação de provas, o julgamento antecipado da lide, pelo que desarrazoada se mostra sua alegação, deduzida nesta Instância Revisora e após a prolação da sentença hostilizada – que lhe foi desfavorável, frise-se – de que a realização de prova pericial grafotécnica seria de extrema necessidade para o correto desate da lide.

Nesse contexto, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer em vícios com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Com efeito, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Relator o Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 2/2/2017).

Assim, tendo o Tribunal de origem motivado adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, não há se falar em ausência de fundamentação ou omissão apenas pelo fato de o aresto combatido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor dos patronos da recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, observada a gratuidade de justiça deferida ao recorrente.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

